



XII ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

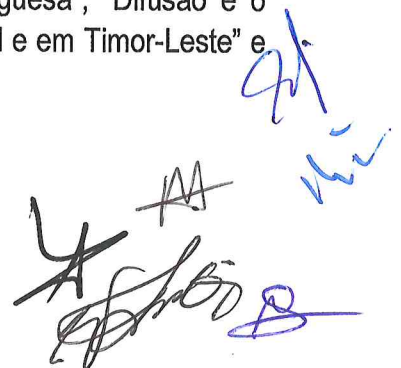
COMUNICADO FINAL DA XII AP-CPLP

“REFORÇO DAS LEIS NACIONAIS PARA O EMPODERAMENTO DAS MULHERES E JOVENS”

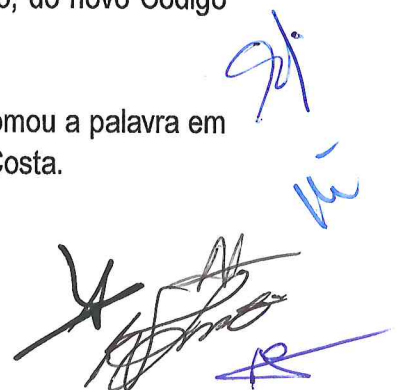
MALABO, GUINÉ-EQUATORIAL

24 e 25 de julho de 2023

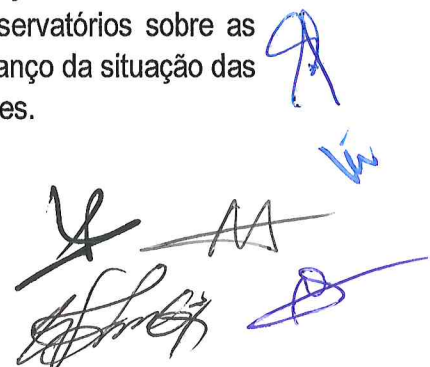
1. Nos dias 24 e 25 do mês de julho de 2023, realizou-se em Malabo, capital da República da Guiné Equatorial, a XII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), sob o lema “Reforço das Leis Nacionais para o Empoderamento das Mulheres e Jovens”, em que participaram representantes dos Parlamentos de Angola, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.
2. A Sessão Plenária da XII AP-CPLP, decorreu nos dias 24 e 25 de julho tendo sido precedida, pelas reuniões das três Comissões Permanentes e das duas Redes: Comissão 1 - Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação; Comissão 2 – Economia, Ambiente e Cooperação e Comissão 3 – Língua, Educação, Ciência e Cultura, Rede de Jovens e de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP, que debateram os temas constantes das respetivas agendas.
3. A Comissão 1 - Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação, cumpriu a agenda de trabalho e a Assembleia da República de Portugal recebeu da Assembleia da República de Moçambique a presidência. Tendo sido apreciado e discutido a Proposta de Regulamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP, e após debate frutífero, os membros concluíram que a proposta apresentada resulta num modelo bastante consolidado e possível de realizar, na medida das atuais possibilidades da organização. Saudaram o parlamento angolano por ter uma visão sobre o futuro da organização, plasmado nos artigos 6º e 7º do Regulamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP e os membros apreciaram ainda os seguintes documentos: “Moção de Saudação”, “Moção de Agradecimento”, “Moção de Apoio aos Povos Afetados pelas Alterações Climáticas” e a alteração dos Estatutos da AP-CPLP, que mereceram consenso.
4. A Comissão 2 – Economia, Ambiente e Cooperação, cumpriu a transição da Mesa, e os membros escolheram como tema para a próxima reunião: “Como ajudar a sair das crises e definição de estratégias a implementar para melhoria dos circuitos económicos dentro da CPLP, tendo em conta o atual momento que sofre com a guerra, poluição e as alterações climáticas”. A próxima reunião da Comissão 2 da AP-CPLP terá lugar em São Tomé, São Tomé e Príncipe.
5. A Comissão 3 – Língua, Educação, Ciência e Cultura, realizada a eleição da Mesa, prosseguiu com a proposta de inclusão dos seguintes temas para as próximas reuniões: “Ratificação do acordo ortográfico da Língua Portuguesa”, “Difusão e o ensino da Língua Portuguesa na República da Guiné Equatorial e em Timor-Leste” e “Universidades de Língua Portuguesa”.



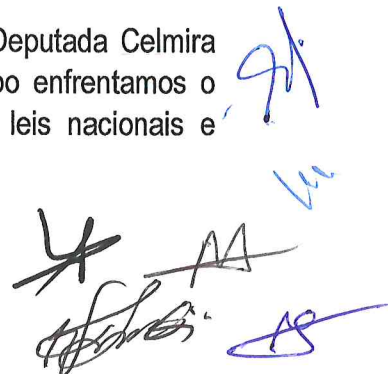
6. A Rede de Mulheres Parlamentares passou a ser presidida pelo Parlamento Nacional da Guiné-Equatorial em cumprimento dos Estatutos da organização. A próxima reunião será dedicada ao debate da resolução 13/25 do Conselho de Segurança Unidas (2000) e o local da próxima reunião será no primeiro trimestre de 2024, em Malabo, Guiné-Equatorial. Determinou-se realizar a primeira reunião intercalar na Guiné-Equatorial, no primeiro trimestre de 2024.
7. A Rede de Jovens Parlamentares alcançou a transição da presidência e indicou que o tema da próxima reunião seja o “Empoderamento dos Jovens nos países membros da CPLP” e na mesma sede determinaram que o plano de ação aprovado na Rede dos Jovens do último mandato de 2021 a 2023 será o mesmo a ser adotado para o mandato 2023-2025, com as devidas alterações.
8. Foi eleita a Mesa da Assembleia Parlamentar da CPLP constituída pelos Parlamentos da Guiné-Equatorial (Presidente), Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (Vice-Presidente), Assembleia da República de Moçambique (Vice-Presidente) e dois Secretários (Parlamento Nacional da Guiné-Equatorial e Assembleia da República de Moçambique).
9. A cerimónia de abertura da XII AP-CPLP, foi presidida pelo Deputado Cipriano Cassamá, Presidente cessante da Assembleia Parlamentar da CPLP e Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. Esta cerimónia foi marcada pelo discurso de boas-vindas proferido pelo Presidente da Câmara dos Deputados da Guiné Equatorial, Deputado Gaudêncio Mohaba Messu, e pelo Presidente cessante da AP-CPLP, o Deputado Cipriano Cassamá. A cerimónia de abertura contou com a participação de convidados nacionais e internacionais.
10. A Presidente do Senado da Guiné-Equatorial proferiu um discurso em nome do Presidente da República da Guiné-Equatorial e na sua intervenção realçou que é motivo de orgulho para o povo da Guiné Equatorial realizar pela primeira vez a Assembleia Parlamentar da CPLP e ao mesmo tempo assumir a Presidência da AP-CPLP para o próximo biénio (2023 – 2025). Notou ainda que o Presidente da República da Guiné Equatorial assinou um Protocolo de Cooperação com o Instituto Camões, para a promoção e divulgação da Língua e Cultura Portuguesa. Por último, referiu que, para contribuir para a melhoria e promoção dos direitos humanos, a Guiné Equatorial aboliu a pena de morte através da Lei n.º 4/2022 de 17 de agosto, do novo Código Penal, conforme consta do seu artigo 26.º.
11. O Embaixador da Guiné Equatorial junto à CPLP, Tito Mba Ada, tomou a palavra em nome do Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Zacarias da Costa.



12. Procedeu-se, de acordo com a ordem do dia, nomeadamente, à transição da Presidência da AP-CPLP, da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau para o Parlamento Nacional da Guiné Equatorial, através da Presidente do Parlamento Nacional da Guiné Equatorial, Senadora Teresa Efua Asangono, que passou a dirigir os trabalhos da sessão plenária da AP-CPLP.
13. O Senhor Deputado Virgílio de Fontes Pereira, durante a sua intervenção, sobre o lema “Reforço das Leis Nacionais para o Empoderamento das Mulheres e Jovens”, deu nota que o Estado Angolano ratificou diversas Convenções no âmbito do empoderamento da mulher e da rapariga, tanto a nível internacional, quanto a nível regional, como por exemplo, a ratificação da Convenção Sobre Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) através da Resolução da Assembleia Nacional n.º 15/84, de 19 de setembro e do seu Protocolo Adicional, em 23 de Junho de 2007, pela resolução n.º 23/07 de junho. Sublinhou a importância do reforço as leis nacionais, bem como a garantia da criação de programas que visem a promoção e o empoderamento das meninas e das mulheres, de modo a desafiar e mudar as relações de poder desiguais e abordar práticas, normas e expectativas que impeçam mulheres e meninas de alcançar todo o seu potencial.
14. A Deputada Maria Odete Costa Semedo afirmou que a política continua a ser o espaço da sociedade dominado por valores e atitudes masculinos contando com um reduzido número de mulheres, tendo abordado a questão da necessidade de estratégias para implementação de medidas concretas de apoio à participação sociopolítica das mulheres. Apesar de a Constituição da República reafirmar a igualdade de mulheres e homens perante as leis, gozando dos mesmos direitos e sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica, as diferenças entre os dois géneros é visível e nem sempre o detentor de obrigações, neste caso o Estado, assume o dever de desenvolver políticas e estratégias que permitam a efetiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Apesar de reconhecida evolução registada por meio das leis em favor das mulheres e meninas aprovadas no parlamento, tais como a lei que criminaliza a prática da mutilação genital feminina (Lei 14/2011 de 6 de Julho), (Lei 4, de agosto de 2018, sobre a paridade do género). O principal objetivo desta lei é aumentar significativamente o número de mulheres no parlamento, o que não foi atingido. Por isso propomos a revisão do quadro legal nacional e adoção de medidas reguladoras, à luz da CEDAW e outras leis que tenham em conta a proteção e inclusão das mulheres. E que a nível dos nossos parlamentos se criem observatórios sobre as mulheres para assegurar um conhecimento fidedigno sobre o avanço da situação das mulheres, da igualdade de género e empoderamento das mulheres.

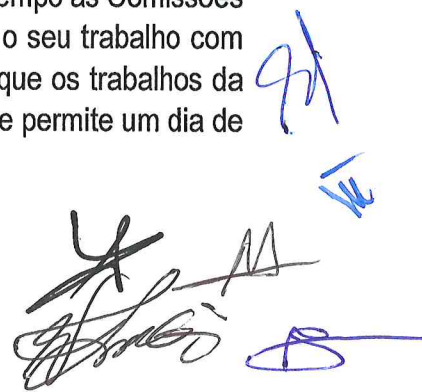


15. O Deputado Gregório Boho Camo da Guiné-Equatorial, frisou que há benefícios para a sociedade equatoguineense, que resultaram da formação académica das mulheres. Graças a esta formação, as mulheres desenvolveram-se pessoalmente, profissionalmente, junto às suas famílias e alcançaram o que, em anos anteriores, parecia ser utopia. Como membros da AP-CPLP, sabem que ainda têm um longo caminho a percorrer, e estão dispostos a fazê-lo em benefício das mulheres equatoguineenses, porque, tal como a história tem mostrado, é uma sociedade em que as mulheres são valorizadas é uma sociedade mais equilibrada e com uma maior taxa de sucesso.
16. O Deputado Sérgio Pantie referiu que a Constituição da República de Moçambique reconhece a igualdade de direitos para os homens e mulheres em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural. O reforço da legislação para o empoderamento das Mulheres e Jovens tem sido uma preocupação constante do Governo e da Assembleia da República de Moçambique. Ao nível internacional, Moçambique ratificou vários instrumentos sobre o género e destacou a necessidade de continuar a apostar na educação de qualidade e capacitação do capital humano para que as mulheres e jovens participem em igualdade de circunstâncias nas oportunidades que os nossos países propiciam, bem como delinear soluções holísticas que permitam o desenho de políticas e legislação nacional que tenham impacto na vida das mulheres e dos jovens.
17. O Vice-Presidente da Assembleia da República de Portugal, Deputado Adão Silva, apontou a igualdade de género e a promoção dos jovens como fundamentais para construir uma sociedade inclusiva e justa, sendo a igualdade social um dos princípios estruturantes de um Estado de direito. A igualdade, referiu, é condição essencial para o exercício pleno da cidadania, é um garante de paz, estabilidade e prosperidade que importa assegurar através de políticas públicas direcionadas a promover os direitos humanos das mulheres e a valorização dos jovens. O empoderamento das mulheres e dos jovens, é um objetivo da mais alta importância para os países da CPLP. Compartilhou a opinião de que a transversalização da temática de género e o desenvolvimento dos jovens é essencial para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza, a fome e a desnutrição, promover a segurança alimentar e nutricional, fortalecer as economias locais e regionais e consolidar a paz, o progresso e a justiça social.
18. A Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Deputada Celmira Sacramento, no uso da palavra, indicou que ao reunir em Malabo enfrentamos o exercício de discutir estratégias e propostas que fortaleçam as leis nacionais e



promovam o empoderamento das mulheres e jovens em nossos países, com o propósito de se criar um ambiente mais propício, de modo que todas as pessoas, independentemente do género e idade, possam exercer plenamente os seus direitos e participar ativamente na vida política, económica e social, e porque a participação ativa de mulheres e jovens na vida política permite abordagens mais direcionadas e assentes nas questões que dizem respeito às respetivas classes. Notou ainda que as conquistas alcançadas pela CPLP na promoção da igualdade de género e na representatividade das mulheres e jovens nas instituições políticas são inegáveis, pois têm resultados significativos em avanço no que se atém ao aumento de participação feminina e de jovens em cargos de liderança política e ao fortalecimento da voz destes e dos seus direitos no seio da nossa comunidade. Sublinhou que a esse respeito a AP-CPLP ter adotado a Rede de Mulheres Parlamentares e Rede de Jovens Parlamentares como organismos da organização, e que pressupõe que os Estados-membros devam implementar políticas e medidas legislativas que visem a representação dessas duas classes nos respetivos Parlamentos.

19. O Vice-Presidente da Assembleia da República de Portugal manifestou disponibilidade em acolher a próxima reunião intercalar, contudo o Plenário, agradecendo a proposta portuguesa, optou pela sugestão do Deputado Sérgio Pantie em realizar em Moçambique a reunião intercalar da AP-CPLP, em 2024.
20. No ponto dedicado às informações sobre os países que tiveram eleições e virão a ter eleições, a Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial e São Tomé e Príncipe referiram que os processos decorreram nos respetivos países e foram unânimes em que os processos decorreram em conformidade com os preceitos legais nacionais, bem como internacionais. O Deputado Sergio Pantie referiu-se ainda aos processos eleitorais que terão lugar em Moçambique, nomeadamente as eleições autárquicas em outubro do presente ano, bem com as eleições gerais em 2024.
21. No dia 25 de julho prosseguiram os trabalhos da Sessão Plenária e teve início com a Apresentação do Plano de Atividades da Presidência *pro tempore* da AP-CPLP (2023-2025). O Plano de Atividades foi colocado à consideração dos Senadores e Deputados presentes e mereceu propostas de contribuições e recomendações que o Plenário acolheu.
22. Como forma de apostar na consolidação da AP-CPLP e para dar tempo às Comissões Especializadas e às Redes da AP-CPLP para conseguir realizar o seu trabalho com tempo útil bastante, os membros foram consensuais na ideia de que os trabalhos da AP-CPLP se realizassem, no futuro, no decurso de três dias, o que permite um dia de



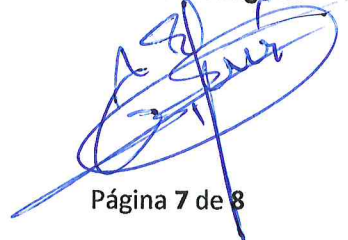
trabalho para as Comissões e Redes da AP-CPLP e os restantes dois dias para a Sessão Plenária.

23. A XII AP-CPLP regozijou por ter alcançado, após um exercício profundo, a aprovação do Regulamento do Secretariado Permanente (SP) da AP-CPLP, em Luanda, Angola, que culminou com a alteração dos Estatutos da AP-CPLP, por forma a acomodar o SP AP-CPLP.
24. A Sessão Plenária da AP-CPLP adotou com aclamação a “Moção de Saudação”, “Moção de Agradecimento”, e a “Moção de Apoio aos Povos Afetados pelas Alterações Climáticas”.
25. A Presidente da AP-CPLP, na Sessão de Encerramento, reafirmou o compromisso da Presidência para os próximos dois anos, com o objetivo de cumprir com o Plano de Atividades 2023 – 2025 da AP-CPLP, um espaço que abarca quatro continentes, unidos por uma língua que nos permite agir em conjunto.
26. A Presidente notou que durante os dias de trabalho, foram valiosos os contributos das diferentes delegações, os quais se augura que se traduzam em realidade e que as conclusões sejam traduzidas para a realidade e que as nossas recomendações constituam o caminho para a AP-CPLP, nos anos futuros, garantir uma cooperação futura entres os Parlamentos membros da organização e o atingir dos ideais da AP-CPLP.
27. Aproveitou e agradeceu a presença dos membros das delegações presentes em Malabo, Guiné-Equatorial, e desejou um bom regresso a todos para junto das suas famílias.

MALABO, AOS 25 DE JULHO DE 2023

Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP

Teresa Efua Asangono



Chefe da Delegação da Assembleia Nacional de Angola



Virgílio de Fontes Pereira

Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné Bissau



Cipriano Cassama

Chefe da Delegação da Assembleia da República de Moçambique



Sérgio Pantie

Vice-Presidente da Assembleia da República de Portugal



Adão José Fonseca Silva

Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe



Celmira Sacramento